

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Rafael Brum de Oliveira

Atentados à memória: o caso da guerra no Iraque em 2003

Porto Alegre
2015

Rafael Brum de Oliveira

Atentados à memória: o caso da guerra no Iraque em 2003

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia, pelo Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Ms. Marlise Giovanaz.

Porto Alegre
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice-Diretor: André Iribure Rodrigues

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Moisés Rockembach

Chefe Substituto: Valdir Jose Morigi

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

Coordenador: Rodrigo Silva Caxias de Souza

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira, Rafael Brum de

Atentados à memória: o caso da guerra no Iraque em 2003 / Rafael Brum de Oliveira. -- 2015.

51 f.

Orientadora: Marlise Giovanaz.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de
Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Materiais de memória. 2. Esquecimento. 3.
Memória coletiva. 4. Guerra do Iraque - 2003. I.
Giovanaz, Marlise, orient. II. Título.

Rafael Brum de Oliveira

Atentados à memória: o caso da guerra no Iraque em 2003

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia, pelo Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2015.

Banca Examinadora:

Profa. Ms. Marlise Giovanaz (Orientadora) – UFRGS

Prof. Dr. Rodrigo Silva Caxias de Souza - UFRGS

Bibliotecária Dra. Ivone Job - UFRGS

Dedico este trabalho à minha mãe e à
minha avó.

AGRADECIMENTOS

No decorrer da minha vida acadêmica sempre soube que esta hora chegaria. Estar preparado para isso já é bem diferente. Sou muito grato a todos que participaram direta ou indiretamente desses longos anos.

Agradeço em primeiro lugar à minha avó Alaide que já não se encontra entre nós, e que durante toda minha vida me ensinou coisas singulares. Te amo vó!

Não menos importante, à outra mulher da minha vida, minha mãe Iara. Obrigado por tudo que me ensinou, por todas as palavras doces, por todos os puxões de orelha. Te amo mãe!

Ao meu companheiro Marco, por estar sempre ao meu lado, me apoiando e me incentivando.

À minha orientadora Marlise Giovanaz, primeiramente por ser uma professora incrível que, no convívio, nos dá vontade de adquirir mais conhecimento apenas para manter um bom nível de conversa, e também por ter aceitado trilhar este caminho comigo durante a elaboração deste trabalho.

À melhor amiga que a Fabico poderia me dar, Flávia, por todas as discussões acaloradas, pelas palavras amigas e até o silêncio com um sorriso reconfortante. Se hoje cheguei onde estou, grande parte se deve a ti. Obrigado.

Ao meu irmão Yuri e sua namorada Francielly!

Aos funcionários da biblioteca da ESEF, lugar que me acolheu desde a época do meu estágio obrigatório. Agradeço em especial as bibliotecárias Ivone Job e Naila Lomando por todos os ensinamentos.

Ao professor Rodrigo Caxias por estar sempre disposto ajudar e ensinar.

A todos que não foram citados aqui, mas participaram desta conquista. Muito Obrigado!

RESUMO

O presente trabalho pretende debater os motivos que levam o homem a destruir documentos em épocas de conflito. Documentos são materiais de memória importantíssimos que reforçam a memória coletiva de um povo. Destruí-los é enfraquecer o elo da memória que é comum a todos indivíduos de uma comunidade. Apresenta uma discussão entre memória e documento e aborda as consequências do esquecimento. Focando-se no caso da Guerra do Iraque de 2003 serão analisados os motivos que levaram os invasores a destruir e negligenciar os locais de memória do Iraque, bem como sua condição posterior ao ocorrido.

Palavras-chave: Materiais de memória. Esquecimento. Memória coletiva. Guerra do Iraque – 2003.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the reasons that lead a man to destroy documents in times of conflict. Documents are materials of memory that reinforce the collective memory of a people. Destroy them, is to weaken the memory link that is common to all individuals in a community. It presents a discussion between memory and forgetfulness, and deals with the consequences. Focusing in the case of the Iraq War in 2003, it will be discussed the reasons that led the invaders to destroy and neglect Iraq's memory locations and its subsequent condition.

Keywords: Memory materials. Forgetfulness. Collective memory. Iraq War – 2003.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Oficial nazista em frente a uma fogueira de livros.....	27
Figura 2	Localização dos principais locais de informação.....	32
Figura 3	Biblioteca Nacional destruída.....	39
Figura 4	Protesto em Bagdá.....	40
Figura 5	Biblioteca Nacional.....	42
Figura 6	Estátua de Hatra em pedaços.....	44
Figura 7	Condições de um dos depósitos depois da pilhagem.....	45

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O ESTADO DA ARTE E OS CONCEITOS.....	15
2.1 REPRESENTAÇÕES DA MEMÓRIA.....	16
2.2 PATRIMÔNIO.....	17
2.3 PODER DA MEMÓRIA.....	18
2.4 A DESTRUIÇÃO DA MEMÓRIA.....	19
3 DESTRUIÇÃO DA MEMÓRIA: ALGUNS EPISÓDIOS.....	21
4 A GUERRA DO IRAQUE.....	29
4.1 RUÍNAS DE UMA CIVILIZAÇÃO.....	35
4.2 BIBLIOTECA E ARQUIVO NACIONAL.....	38
4.3 MUSEU NACIONAL DO IRAQUE E OUTROS CENTROS DE INFORMAÇÃO	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

O século XX foi assolado por diversos conflitos militares de grandezas distintas, mas que de alguma forma afetaram o patrimônio cultural e mais precisamente o patrimônio documental das regiões afetadas. Infelizmente a mesma história continua se repetindo no século XXI. O início deste século foi marcado pela palavra terrorismo e suas variações, após o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001.

Após o atentado que culminou na queda das Torres Gêmeas em Nova Iorque, o mundo passou a vigiar atentamente os acontecimentos no Oriente Médio, região de origem dos principais movimentos terroristas do atual período. Guerras foram declaradas, conflitos surgiam da noite para o dia. Os motivos são muitos, mas entre eles os aspectos políticos, religiosos, econômicos e culturais são os mais evidentes. Bombas destroem prédios e casas, matam famílias inteiras, simplesmente obliteram vidas inocentes.

Devido à guerra do Iraque em 2003, iniciou-se uma verdadeira catástrofe cultural, pois museus, arquivos, bibliotecas e outros locais que serviam de abrigo para preservar o patrimônio documental dos iraquianos foram destruídos ou saqueados. Cabe ressaltar que o Iraque é um dos principais sítios arqueológicos do mundo, berço de diversas civilizações e pertencente à região em que a escrita surgiu.

Além disso, há pouca informação sobre o que aconteceu com os livros, objetos, obras de arte entre outros tantos tesouros que o país possuía. Infelizmente o caso do Iraque é apenas mais um, dentre tantos outros que ocorreram e ainda ocorrem no decorrer da História. Atacar a memória destruindo o patrimônio documental é uma forma estratégica para desestabilizar um povo.

É inegável a importância das bibliotecas como detentoras de documentos importantes caracterizados como patrimônios documentais. É com base nessa preservação e disseminação da memória e do conhecimento que a atuação das bibliotecas públicas e mais precisamente as bibliotecas nacionais têm um papel estratégico como referência da identidade cultural de uma nação. Documentos que remetem à ideia de união e transmitem memórias distantes e

que ainda tem um espaço na memória de indivíduos do grupo ao qual pertencem. Também não menos importante é o papel dos museus e dos arquivos, que assim como as bibliotecas são guardiões de documentos de memória, únicos e importantes.

O presente estudo reuniu, organizou e analisou fontes que permitiram estudar a destruição e saque de documentos em períodos de conflito e analisar o caso do Iraque que devido à guerra viu destruídas suas bibliotecas, museus e arquivos.

A região do Oriente Médio é riquíssima em história, foi o berço de grandes civilizações, as quais contribuíram das mais variadas formas para a formação da sociedade atual. Ciente de fatos como estes, é impossível não se afligir ou mesmo sentir certa inquietação. Por que ocorre destruição e saque de documentos em épocas de conflitos?

Alguns podem dizer que é da natureza humana dominar, uma forma de obter poder. Mas por que impor a sua verdade destruindo as alheias? É por isso que se resolveu pesquisar o histórico da destruição de documentos, para que deem o aporte teórico necessário para identificar os motivos de ainda hoje o ser humano, criatura que se diz evoluída e dotada de “inteligência”, destruir tanto.

Infelizmente a literatura acerca do tema é escassa, estudos em língua portuguesa são poucos, levando ao pesquisador procurar fontes em outros idiomas como inglês e espanhol. Desta forma surge a vontade de poder contribuir para a elaboração de um trabalho brasileiro de uma área tão importante e que não possui ainda a devida atenção em território nacional. A ideia geral deste trabalho deu-se a partir de algumas discussões entre o autor, uma amiga e a professora orientadora deste trabalho. Nas discussões foram debatidos fatos sobre as guerras e suas consequências e observado o fato da Guerra do Iraque ser tão recente, o que ocasionaria em um leque maior de fontes para serem pesquisadas. Assim, o tema surgiu. Primeiramente pensou-se nos termos livro e biblioteca para fazer o recorte da pesquisa, porém devido à bibliografia escassa, optou-se por ampliar os termos de busca, passando de 'livro' e 'biblioteca', para os mais variados objetos que de alguma forma transmitem memória. Tais objetos, patrimônios documentais das nações a serem estudadas, serão tratados neste trabalho como documento, termo que

será analisado no decorrer do trabalho, pois engloba uma série de significados que são pertinentes a esta pesquisa, como livros, artigos museológicos, entre outros.

A partir do caso da Biblioteca Nacional do Iraque e do Museu Nacional do Iraque, ambos localizados em Bagdá, analisaremos as consequências e como operam atualmente, pois são os principais locais de documentação e memória do Iraque. Ambos possuem materiais únicos, que devido à guerra foram em parte destruídos ou saqueados. Por consequência do recorte da pesquisa, outros locais de informação também tiveram espaço nesta pesquisa. A destruição e o descaso com documentos importantes não são exclusividade do século XXI, e pensando nisso a vontade de contribuir de alguma maneira, cresce.

Este trabalho pretende, na sua devida proporção, contribuir para que se tenha consciência de que existem coisas que devemos preservar, não importando o valor que damos a elas, mas sim, levar em conta sua importância para o outro, que deve ser respeitada.

O objetivo geral deste trabalho é identificar por que as bibliotecas e patrimônios documentais são alvo de destruição e saque em épocas de conflito a partir da análise do caso do Iraque em 2003. Como objetivos específicos foram estabelecidos: reunir e organizar fontes que permitam compreender o contexto abordado no trabalho; analisar a bibliografia acerca da destruição e saque de documentos em períodos de conflito; analisar especificamente o caso de Bagdá e seus principais locais de informação, os impactos que o conflito causou e sua situação posterior.

A metodologia utilizada nesta pesquisa pode ser classificada como de natureza básica, pois reúne, segundo Gil (2010, p. 26) “[...] estudos que tem como propósito preencher uma lacuna no conhecimento.”. O trabalho terá uma abordagem qualitativa uma vez que não visa quantificar ou enumerar itens em categorias, dessa forma, Richardson (2010, p. 79) justifica que pesquisas com abordagem qualitativa são adequadas “[...] para entender a natureza de um fenômeno social.”. De forma simplificada essa abordagem faz com que o pesquisador fique imerso no problema de sua pesquisa, sendo o processo uma parte fundamental da mesma, não importando apenas os resultados. (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Este trabalho apresenta um caráter exploratório, visto que pretende elucidar os motivos que levam a destruição de documentos. Sendo assim Gil (2010) argumenta que este tipo de pesquisa se caracteriza por ser mais flexível, pois considera a análise de diferentes facetas do fato estudado. Para este trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica, pois segundo Gil (2010, p. 30) tem como vantagem o “[...] fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.”. Em adição à pesquisa bibliográfica, foi realizada uma pesquisa documental tendo como principal diferença da bibliográfica a natureza das fontes.

Como instrumentos de coleta de dados para a pesquisa bibliográfica foram utilizados o catálogo *on-line* Sabi¹, o Portal de Periódicos da Capes² e o repositório institucional Lume³. Para a pesquisa documental, além da bibliografia, foram utilizados outros recursos como portais de notícias e *sites* de jornais e revistas não-científicos.

Este trabalho está dividido em três grandes áreas. A primeira apresenta o conceito de memória e o modo como a mesma pode estar contida nos chamados objetos de memória, assim como os conceitos de patrimônio e a relação do esquecimento com a destruição dos documentos. No segundo grupo é apresentado um recorrido histórico sobre alguns casos que ilustram a fragilidade da memória, normalmente exposta a ‘modificações e perdas’ em épocas de conflito e turbulência política. Por fim, a terceira parte deste estudo foca na guerra do Iraque que aconteceu em 2003, e analisa os motivos do conflito e suas consequências nos locais de informação de Bagdá.

1 Disponível em: <http://sabi.ufrgs.br/>.

2 Disponível em: <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez45.periodicos.capes.gov.br/>.

3 Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/>.

2 O ESTADO DA ARTE E OS CONCEITOS

A palavra memória deriva da palavra grega *Mnemosine*, nome da deusa que personificava a memória, mãe de nove musas. Memória é um conjunto de lembranças, recordações de fatos, eventos, sensações e situações que aconteceram, são lembranças que adquirimos a partir de nossa vivência, elas podem ser apenas nossas ou até mesmo “emprestadas”, integrando uma “grande memória coletiva”. Pode representar coisas que vimos ou não vimos, vivenciamos ou não, pois a memória é sempre uma construção.

Maurice Halbwachs (2006) comenta que a memória é um fato coletivo devido ao fato de vivermos em comunidade, e como consequência nossas lembranças acabam se misturando com as de outras pessoas, resultando em memórias que acreditamos serem nossas, mas que na verdade são memórias que foram apropriadas de um ambiente exterior, não as vivenciamos, mas de alguma forma, lembramos. Um mesmo fato pode ser recordado por diversas pessoas, mas o valor do fato recordado é atribuído individualmente. É algo positivo, pois podemos imaginar um evento vivenciado há muito tempo e compartilhado por diversas pessoas. Um dia essas pessoas se reencontram e relembra os momentos que vivenciaram juntas e obviamente cada uma se lembra das coisas que mais as marcaram. Todas estão ligadas pelo mesmo evento, compartilhando diferentes histórias de apenas uma. A memória coletiva pertence a um grupo que tem uma história em comum. São palavras do autor a respeito deste tipo de memória:

Quando os evoco, sou obrigado a me remeter inteiramente à memória dos outros, e esta não entra aqui para completar ou reforçar a minha, mas é a única fonte do que posso repetir sobre a questão. Muitas vezes não conheço tais fatos melhor ou de modo diferente do que acontecimentos antigos, ocorridos antes de meu nascimento. (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Podemos entender a memória coletiva como uma forma de ligação, ou seja, um ponto em comum em uma comunidade, um país, uma nação. São fatos que conhecemos e de alguma maneira fazem parte da nossa vida, mas não necessariamente os vivemos ou presenciamos.

O autor acrescenta comentando que os fatos comuns a um grupo podem ser qualquer coisa, e estão:

[...] representados sob uma forma mais ou menos popular – posso imagina-los, é quase impossível lembrar-me deles. Por uma parte da minha personalidade, estou envolvido no grupo, de modo que nada do que aí acontece enquanto faço parte dele, nada mesmo do que o preocupou e transformou antes que eu entrasse nele, me é completamente estranho. (HALBWACHS, 2006, p. 73).

Dessa forma podemos dizer que há dois tipos de memória: a interior e a exterior ou a memória individual e a social ou especificamente: a memória autobiográfica e a memória histórica. (HALBWACHS, 2006). A autobiográfica necessitaria da histórica, uma vez que vivemos em comunidade e em certo ponto nossa história faz parte da história que é compartilhada pelos outros indivíduos do grupo, a história geral. Por sua vez a memória histórica relembra o passado, influenciando o presente e ajudando a construir o futuro.

2.1 REPRESENTAÇÕES DA MEMÓRIA

Quando pensamos em memória, imaginamos algo abstrato, não concreto, afinal resulta em uma abstração de nossa mente. Porém Le Goff (2003) apresenta o conceito “materiais de memória”, artefatos que de alguma maneira evocam o passado, de forma que os materiais são divididos em dois grandes grupos: monumentos e documentos.

O monumento, derivado da palavra latina *monumentum*, é tratado como uma obra comemorativa, tendo no seu significado perpetuar a história e evocar o passado. Documento tem sua origem no termo latino *documentum* que tem como significado o fato de ser uma ‘prova’ de algum fato.

Documento é um material da memória coletiva, que no passado representava materiais escritos. Com o passar do tempo viu-se a necessidade de expandir o sentido do termo para além dos textos, passando assim a representar gravuras, sons, paisagens, utensílios ou quaisquer outras coisas (LE GOFF, 2003).

Le Goff (2003) comenta que um documento pode ser considerado um monumento. Uma vez que perpetuam a memória coletiva. E finaliza constatando que o documento

é, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, é o testemunho, o ensinamento [...] que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor o futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (LE GOFF, 2003, p. 537).

Dessa forma o trabalho também utilizará o termo documento para retratar os diferentes suportes de informação. Suportes que em sua maioria, são muito frágeis frente ao poder de destruição do homem e da natureza. O poder dos diferentes materiais de memória é fascinante, pois nos remetem ao passado de forma que acabamos nos identificando não só com o objeto, mas também com tudo aquilo que é 'recuperado' pelo mesmo. Cortar esse vínculo suporte/memória faz com que este elo seja enfraquecido. Destruir um objeto de memória é cortar sua ligação com o passado. Destruí-los é abdicar da história.

2.2 PATRIMÔNIO

A palavra patrimônio tem sua origem no termo de origem latina *patrimonium* sendo entendido como tudo pertencente ao homem, desde coisas como a casa até seres humanos como filhos, esposa e escravos. Tudo o que pertencia ao chefe da casa era patrimônio. No decorrer dos séculos a palavra foi tendo seu significado modificado chegando ao que usamos atualmente.

O significado que será abordado no presente trabalho aproxima-se bastante do apresentado por Choay (2006, p. 11) sendo “[...] um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum [...]”. Em adição a este pensamento a

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (2015) explica que:

Grande parte da memória do mundo se encontra nas bibliotecas, nos arquivos, nos museus e nos locais de custódia espalhados por todo o planeta, e uma grande porcentagem dela corre perigo atualmente. O patrimônio documental de numerosos povos tem se dispersado devido aos “estragos da guerra”, ao deslocamento acidental ou deliberado de acervos arquivísticos e coleções ou a outras circunstâncias históricas. Às vezes, obstáculos práticos ou políticos dificultam o acesso a ele, enquanto em outros casos, deterioração ou destruição são as ameaças.

Adaptando esses conceitos para o contexto do trabalho, podemos dizer que o patrimônio documental é um material de memória e transmite a memória atrelada a eles. São reconhecidos e compartilhados por um determinado grupo e sociedade, de forma que fortalecem os laços de pertencimento dos indivíduos do grupo.

Há a ideia de que tem de se tornar o patrimônio para ser formalmente reconhecido como tal. O tombamento seria uma forma de registrar, proteger e preservar esses patrimônios. Porém nem tudo pode ser tombado, pelo fato de haver muitos documentos a serem descobertos, não tendo o seu valor reconhecido. Neste trabalho trabalharemos com a ideia de que uma vez reconhecida a atribuição da memória coletiva a um documento ele passa a ser patrimônio do grupo que o identifica como tal.

2.3 PODER DA MEMÓRIA

Como já mencionado, a memória é construída e resulta da vivência tanto pessoal quanto coletiva. O poder de quem controla a memória advém do fato de tornar-se “senhor do esquecimento”, controlando fatos que deseja que sejam esquecidos. Le Goff (2003, p. 422) afirma que “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.”. Tal afirmação comprova-se mediante acontecimentos históricos e atuais, onde há a intenção de descaracterizar um povo com o intuito de

dominar cultural ou politicamente, culminando em lutas sociais pelo poder. Sendo assim o autor finaliza argumentando que: “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para servir ao presente e ao futuro.” (LE GOFF, 2003, p. 471).

A título de ilustração podem-se citar os casos da grande queima de livros que ocorreu em praças públicas da Alemanha durante a 2ª Guerra Mundial e da destruição de manuscritos em uma China ainda não unificada. O primeiro caso ocorreu quando o governo nazista decidiu realizar a queima de volumes que eram inconvenientes ao regime da época. A ideia da queima foi apoiada pelo sentimento de que a destruição dos volumes serviria para uma forma de purificação da literatura alemã. Outro caso chocante ocorreu muito antes de surgir o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, comumente chamado de Partido Nazista, foi durante a dinastia Qin, governada pelo imperador Shi Huangdi, em um período em que a China ainda não era unificada e baseava-se em diversas províncias-estado. O imperador “[...] realizou a maior queima de livros que o mundo jamais conheceu.” (BATTLES, 2003, p. 38). Seu objetivo era tão bárbaro quanto os “meios” utilizados e pretendia destruir qualquer tipo de conhecimento que tenha a origem anterior ao surgimento de seu reinado, a história então, passaria a ser escrita a partir dele.

2.4 A DESTRUIÇÃO DA MEMÓRIA

Como já abordado anteriormente, a memória pode ser usada como forma de dominação. O vínculo entre o documento e memória é poderosíssimo visto que um representa o outro. Um livro, excluindo obras raras, não tem um valor físico, mas o que vale é o seu conteúdo. Na maioria das vezes em que se objetivou destruir o livro, o alvo nunca foi o objeto e sim os textos que esses continham, como nos casos da grande queima de livros na Alemanha nazista e do Imperador inimigo dos livros. Báez (2006, p. 24) argumenta que “o livro não é destruído como objeto físico, e sim como vínculo de memória.”. O autor completa o pensamento dizendo que o “vínculo poderoso entre livro e memória

faz com que um texto deva ser visto como peça-chave do patrimônio cultural de uma sociedade e, certamente, de toda uma humanidade.”.

Ao se destruir documentos tão representativos como estes, visa-se destruir a memória. Pois a memória que esse patrimônio documental evoca é tão poderosa que serve como forma de ligação de uma sociedade, fazendo aflorar o sentimento de pertencimento e acolhimento. Rompendo este elo, é como se o grupo ficasse descaracterizado, à mercê de qualquer tipo de influência exterior.

3 DESTRUIÇÃO DA MEMÓRIA: ALGUNS EPISÓDIOS

Destruir. Palavra forte e impactante de significado profundo. Sim, destrói-se. Mas por quê? O homem aprendeu a destruir cedo demais. Apoiado por crenças religiosas acreditava-se que a única saída para os pecados cometidos na terra, era os eliminando, destruindo tudo, e recomeçando tudo do zero. Tais crenças, dadas as suas devidas diferenças eram compartilhadas por diversas civilizações, geograficamente e cronologicamente distintas. Báez explica que

ao destruir, o homem reivindica o ritual de permanência, purificação e consagração; ao destruir, atualiza uma conduta movida a partir do mais profundo de sua personalidade, em busca de restituir um arquétipo de equilíbrio, poder ou transcendência. Ao mobilizar um sistema de disposição biológica ou social, a reafirmação tem um único objetivo: a continuidade. O ritual destrutivo, como o ritual construtivo aplicado à construção de templos, casas, ou de qualquer obra, fixa padrões para devolver o homem à comunidade, ao amparo ou à vertigem da pureza. (BÁEZ, 2006, p. 23).

Os vikings acreditavam no “*Ragnarok*”, escrituras hindus referem-se ao “*Kali Yuga*”, os maias com seu calendário e profecias e os cristãos com o “Apocalipse”. Todas as crenças citadas partilham da mesma ideia, destruir para então recomeçar. Kelly (2007, p. 17) complementa dizendo que “a forma mais simples de perda é a destruição. Apesar de o poeta romano Horácio ter proclamado: ‘construí um monumento mais durável que o bronze’, ele expressou uma esperança sobre o seu trabalho, não uma certeza.”.

De volta no tempo podemos identificar a precariedade e fragilidade dos suportes de informação, como os primeiros livros em forma de tabletes feitos de argila na Suméria – atual Iraque – ou os papiros do Egito Antigo. Em ambos os casos pode-se identificar a fragilidade dos suportes mediante a ação do homem ou da natureza. Sabe-se que grande parte dos livros surgidos na Suméria se perdeu, tanto por força da natureza, quanto pela mão do homem. (BÁEZ, 2006). Todos os elementos conspiram contra os suportes, mas é o papel o mais utilizado atualmente, frente a elementos como

[...] o fogo e a água, o ar ressecado que corrompe, a terra argilosa que se decompõe. O papel é especialmente indefeso: pode ser esfarelado e rasgado, manchado ou apagado.

Incontáveis coisas vivas, de parasitas a fungos, de insetos a roedores, podem comê-lo: o próprio papel se come, corroendo-se em seus próprios ácidos. (KELLY, 2007, p. 17)

Os suportes da informação ainda hoje apresentam extrema fragilidade, mesmo que eletrônicos, ainda carecem da robustez que se espera de um suporte de informação mais atual. Tal característica aliada a infortúnios, ações da natureza e mais precisamente a ação destrutiva do homem fazem com que a história aos poucos se apague. Temos como resultado disso uma história produzida a partir dos restos da destruição, de ruínas, de cacos. E a memória dos povos que se ancora nestes suportes vai assim também se fragilizando e dilacerando.

Assim como na Suméria, a destruição de documentos faz parte da história do mundo, desde tempos antigos até hoje onde se vê a barbárie causada pelo Estado Islâmico e a destruição de sítios arqueológicos. Segundo Báez (2006, p. 24) o “livro não é destruído como objeto físico, e sim como vínculo de memória.” e complementa arguindo que “o livro dá consciência à memória humana.”.

Histórias e fatos a respeito da destruição de documentos na antiguidade não são tão conhecidos do grande público. Talvez a mais popular seja a da biblioteca de Alexandria e Pérgamo ou Pompeia, ou por que não a obra de ficção “Em nome da rosa” que tanto tocou neste assunto, e que fez o espectador perguntar-se se aquilo de fato aconteceu. Mas infelizmente são alguns entre vários casos que ocorreram e ainda ocorrem no mundo. Regiões e temporalidades totalmente diferentes, motivos distintos, mas um mesmo meio, destruir.

Na China antiga podemos encontrar o caso de Zhao Zheng, adolescente que se viu Rei cedo demais, tornando-se Shi Huandi o destruidor de livros. De temperamento forte e sedento por poder, declarou guerra a um

[...] grupo de homens que tentava reunir todos os livros em Alexandria, Shi Huandi mandou queimar todos os livros, exceto os que tratavam de agricultura, medicina ou profecia. Entusiasmado por suas ações contra a casta dos letrados, criou uma biblioteca imperial dedicada a defender os escritos dos legalistas, defensores de seu regime, e mandou confiscar o restante dos textos chineses. De casa em casa, os funcionários se apoderaram dos livros e os queimaram numa pira, para

surpresa e alegria de quem não os tinha lido. (BÁEZ, 2006, p. 94).

Anos mais tarde a região foi assolada por uma guerra civil ocasionando a destruição da Biblioteca Imperial criada por Shi Huandi. Ainda que houvesse perdido inimagináveis documentos, anos mais tarde, com a ajuda de estudiosos, foi possível recuperar parte dos escritos perdidos. (BÁEZ, 2006). Em casos como este, em que pessoas das mais altas camadas da sociedade acabam tornando-se biblioclastas Báez (2006, p. 23) afirma que “[...] quanto mais culto é um povo ou um homem, mais disposto se mostra a eliminar livros [...]”. Infelizmente não é preciso sair da China para recordar outro acontecimento de destruição de documentos. Cronologicamente mais próximo do nosso tempo, ocorreu o Cerco de Pequim em 1900, que resultou na destruição de uma biblioteca que contava com itens raros e singulares frutos de uma cultura milenar.

No século 19 a China possuía acordos com potências mundiais, acordos estes que por sua debilidade acarretavam em demasiada influência destes no país, resultando em diversos problemas e sendo um dos principais motivos para a Revolução dos Boxers. Em vista disto e do sentimento de exploração e descaracterização que era sentido pelo povo chinês, surge o movimento Boxer, um grupo que luta contra a influência ocidental na China. Composto principalmente por pessoas de baixa renda e camponeses, que associavam sua condição difícil à influência ocidental na China. Dessa forma começaram a perseguir estrangeiros, destruir estabelecimentos internacionais, perseguir chineses convertidos ao catolicismo entre outros. Influenciados por crenças populares acreditavam ser invulneráveis a armas de fogo. (CHENG; DAVIS, 2007). Tamanha ameaça levou as potências estrangeiras a formarem a Aliança das Oito Nações - formada por Áustria-Hungria, França, Império Alemão, Itália, Japão, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos - com o objetivo de combater os Boxers.

Após uma série de ataques a estrangeiros a Aliança enviou cerca de 400 homens à Pequim para proteger os grupos aliados. O governo chinês em meio à pressão popular declarou guerra as forças aliadas e enviou homens para fazer um cerco as instalações aliadas. (CHENG; DAVIS, 2007). Próximo das instalações britânicas estava o complexo *Hanlin Yuan* composto de alguns

prédios e pátios, esse complexo abrigava “a quintessência da Cultura Chinesa ... a mais antiga e mais rica biblioteca do mundo.” (FLEMING, 1959, p. 125-127 apud CHENG; DAVIS, 2007). Os ingleses temiam que os rebeldes pudessem incendiar o complexo, mas de alguma forma não acreditavam que pudessem de fato fazê-lo, cientes do orgulho que os chineses sentiam de seu patrimônio cultural. (CHENG; DAVIS, 2007). Infelizmente a biblioteca foi destruída, e o que restou foi saqueado e comercializado ao redor do mundo. Para o ataque existem duas versões distintas, a primeira é contada pelos britânicos, que afirmam que os chineses, na impossibilidade de efetuar um ataque ao prédio dos britânicos e seus aliados, atearam fogo em prédios próximos e devido a mudança da direção do vento, o fogo acabou atingindo a biblioteca. (CHENG; DAVIS, 2007; POLASTRON, 2007). Polastron (2007, p. 103, tradução nossa) acrescenta dizendo que o “[...] vento mudou de direção e que o ataque havia sido contido, mas já era tarde demais para os livros.”. Em contraponto a esta versão dos fatos conta-se que os britânicos conseguiram combater os rebeldes chineses e controlar o fogo antes que ocorressem maiores estragos, e que então começaram a saquear e destruir o que restou. É neste sentido que Cheng e Davis (2007, p. 435, tradução nossa) contam que

[...] o sobrevivente do cerco de Pequim e missionário americano Arthur A. Smith, sugere que o fogo tenha sido controlado em trinta minutos e que as tropas chinomuçulmanas se dispersaram. Foi então que os britânicos começaram a destruir sistematicamente os prédios que restaram do complexo Hanlin junto com o seu conteúdo precioso. Alguns livros foram tomados como espólio por curiosos. Outros foram simplesmente jogados no chão ou ainda jogados em lagos de lótus e depois enterrados pelos destroços do prédio que foi destruído ao fim do cerco.

Versões não oficiais sobre quem teria destruído a biblioteca ainda hoje surgem e tocam o imaginário popular em busca de um verdadeiro culpado.

Destruir locais de informação sempre tocou a humanidade de alguma maneira, desta vez não poderia ser diferente. A falta que os documentos perdidos no ataque fazem é enorme e irreversível, pois a maioria dos itens que a biblioteca possuía eram insubstituíveis, raros e preciosos. Dentre os itens destruídos encontravam-se a “Enciclopédia *Yong Le Da Dian*, cuja produção foi solicitada pelo então imperador da Dinastia Ming no começo do século XV, e os

textos originais de *Si Ku Quan Shu*, a Biblioteca dos Quatro Tesouros. ” (CHENG; DAVIS, 2007, p. 435, tradução nossa). Os autores finalizam dizendo que “[...] este episódio ilustra um dos resultados da desintegração da estrutura cultural de uma grande nação.” (CHENG; DAVIS, 2007, p. 438, tradução nossa).

Ainda sem sair da China podemos encontrar a era de Mao Tse Tung, onde perseguiu-se livros que se opunham e/ou que não tivessem os mesmos ideais de governo do 1º presidente da República Popular da China. Segundo Marking (2002), Mao teria dito que “a destruição do antigo é uma forma de criar algo melhor [...]”, e infelizmente seguindo esta linha de raciocínio, a partir daí livros passaram a ser perseguidos e destruídos pelos guardas vermelhos. Em seu projeto político Mao pretendia acabar com tudo o que se referisse à cultura tradicional na China, entre os quais estavam, por exemplo, a literatura, as artes, a filosofia e a religião. Os livros tornaram-se inimigos do Estado. Tempos depois diversas bibliotecas do país foram destruídas ou queimadas e em alguns casos bibliotecários se arriscaram tentando salvar alguns livros da destruição. (POLASTRON, 2007). Cabe ressaltar que Mao, antes de se tornar presidente e ditador, era por ironia do destino, bibliotecário, como conta Polastron (2007, p. 210, tradução nossa):

Mao foi bibliotecário em Pequim (atual Beijing) em 1919, que segundo as hagiografias orgulhosamente informavam, foi como ele descobriu Marx. Isso também pode ter sido a origem de seu ódio pelos livros e todas as outras coisas cultivadas, sem dúvida alguma por alguma frustração ou humilhação sofrida e que ainda permanece desconhecida.

Em um país que aprendeu o que é a destruição da memória através da destruição de documentos, antes mesmo de ter sido unificado, e que no decorrer dos séculos sofreu diversas vezes deste mal, é de se esperar que a medida que o tempo passe, ela fosse se apagando lentamente. Polastron (2007) conta que a atual geração de jovens chineses é a primeira a não ter um conhecimento satisfatório da vasta história cultural do país. Isso, um efeito do enfraquecimento da memória coletiva do povo chinês. Um grande país, uma grande história, que aos poucos sucumbiu aos desejos de Shi Huangdi de apagar tudo e recomeçar do zero. (POLASTRON, 2007).

Claro que a destruição de documentos de memória não é exclusividade apenas dos chineses, e sim um mal global que afeta a todos direta ou indiretamente. Antes de Mao iniciar sua batalha contra os livros e lugares de informação, houve outro regime que infelizmente protagonizou uma queima deliberada e sistematizada de livros e outros documentos ao longo de todo o país e seus territórios conquistados em guerra, o nazismo. O acontecimento teve um impacto internacional muito forte, pois concomitante à destruição de documentos acontecia o maior genocídio da era moderna, o holocausto.

Após a tomada do poder na Alemanha pelo Partido Nacional Socialista, o mundo entrou em alerta, à medida que as decisões desse mesmo governo acabaram sendo até mais chocantes do que a queima de livros em si. Perseguição de minorias mediante alegações de que enfraqueciam e contaminavam a cultura alemã vendendo a ideia de que só assim seriam capazes de alcançar uma raça pura, e que isso faria da Alemanha uma nação mais forte e preparada para enfrentar quaisquer dificuldades, era apenas uma das barbáries cometidas pelo *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães) comandado por Adolf Hitler, até ser extinto e proibido na Alemanha ao final da Segunda Guerra Mundial.

O bibliocausto ocorreu sistematicamente na Alemanha durante todo o período do governo nazista, o qual além de perseguir judeus e outras minorias também censuravam e perseguiam livros que tivessem sido escritos pelos mesmos ou que fossem de linhas de pensamento contrárias ao do regime, isso, como já visto anteriormente, é uma marca registrada de ditaduras e regimes totalitários.

A queima de livros (figura 1) não foi apenas um evento isolado, ocorreu sistematicamente durante a Segunda Guerra Mundial. Porém o que mais chama atenção foi o ocorrido em 10 de maio de 1933 em que milhares de livros foram queimados em universidades por toda Alemanha. (RITCHIE, 1988).

Figura 1 - Oficial nazista em frente a uma fogueira de livros



Fonte: Deem (2011).

O bibliocausto alemão foi idealizado e posto em prática por um dos homens de confiança de Hitler, Joseph Goebbels, então ministro da propaganda⁴ do governo nazista. Nos dias que antecederam a grande queima, Goebbels publicou uma lista de livros que deveriam ser queimados em universidades em todo o país pois assim a sociedade alemã estaria livre para recomeçar, como conta Ritchie (1988, p. 632, tradução nossa): “A finalidade da queima de livros não era meramente destruir a oposição, mas permitir que uma verdadeira fênix alemã surgisse das cinzas, uma vez que toda competição não alemã havia sido eliminada.”. A lista não era pequena e englobava desde autores judeus a linhas de pensamentos não autorizadas pelo governo. Marking (2002, p. 65, tradução nossa) diz que

⁴ Autores estrangeiros como Marking (2002) e Polastron (2007) referem-se ao cargo de Goebbels como *Minister of Propaganda and Public Enlightenment* que pode ser traduzido como Ministro da Propaganda e Esclarecimento Público, mas neste trabalho preferiu-se utilizar apenas Ministro da Propaganda comumente utilizado em fontes de língua portuguesa.

a lista de livros que Goebbels escolheu para queimar é muito familiar: Católicos, Judeus, Marxistas (em torno de 500 toneladas), e autores não alemães – Albert Einstein, Sigmund Freud, Heinrich e Thomas Mann (classificados como degenerados), Erich Maria Remarque, Bertolt Brecht, Maxim Gorky VI, Lenin, Karl Marx, Joseph Stalin, Leon Trotsky, Marcel Proust, Emil Zola, HG Wells, Arnold e Stefan Zweig, Jack London, Ernest Hemingway, Upton Sinclair, Sinclair Lewis, John Steinbeck, John Dos Passos e Helen Keller [...]

Báez (2006) complementa dizendo que “uma espécie de febre inusitada, contida apenas pela pressão internacional europeia, apoderou-se dos estudantes e intelectuais. Com isso houve um sentimento de degradação da arte que levou diversas pinturas e outros documentos a serem destruídos, um prelúdio para o que ainda estava por vir. (MARKING, 2002).

Em uma era em que o homem tenta de todas as maneiras recuperar informações do passado desde o surgimento da humanidade, a destruição dos documentos desde a era de Shi Huangdi, da biblioteca de Hanlin, da ditadura de Mao ou do Nazismo são apenas mais algumas lamentáveis provas de que a nossa memória é frágil, ou melhor, os suportes da nossa memória podem ser aniquilados ao bel prazer de quem assim o desejar. A memória não é eterna, e está em eterno risco.

4 A GUERRA DO IRAQUE

O começo deste século foi marcado pelo terrorismo. Tal popularidade da palavra deve-se aos atentados de 11 de setembro, quando um grupo terrorista até então não muito conhecido do grande público resolveu afrontar a maior potência mundial contemporânea, os Estados Unidos da América. Os atentados às Torres Gêmeas serviram como estopim para a propagação do terror sobre o mundo. Desde então convivemos com notícias de atentados quase que semanalmente, menores, claro, mas de efeitos tão trágicos quanto. Na maioria dos casos os atentados dividem-se por diversas regiões do Oriente Médio, o que infelizmente acabou tornando-se um problema crônico na região.

País que faz parte do Oriente Médio, o Iraque enfrentou uma ditadura liderada por Saddam Hussein durante 24 anos. Após os atentados de 11 de setembro, o então presidente dos EUA George W. Bush incluiu o Iraque em um seleto grupo de países que chamava de “Eixo do mal”, a qual continha países que os EUA consideravam hostis ou eram de fato uma ameaça para o mundo.

A crise diplomática avançava devido à acusação do presidente americano de que o Iraque estivesse desenvolvendo e armazenando armas de destruição em massa, além de que o presidente Saddam Hussein estivesse mantendo relações com terroristas de outros países. Sob forte pressão americana a Organização das Nações Unidas iniciou em 2002 uma vistoria que visava confirmar a alegação de que o país estivesse de fato produzindo armas nucleares, o que não ocorreu, conforme nota para imprensa contendo uma versão preliminar do relatório dos inspetores que buscavam indícios das tais armas

Desde a chegada dos primeiros inspetores no Iraque em 27 de novembro de 2002, a Comissão das Nações Unidas de Vigilância, Verificação e Inspeção conduziu mais de 550 inspeções cobrindo aproximadamente 350 locais, 44 dos quais eram novos. Todas as inspeções foram realizadas sem aviso prévio, e em praticamente todos os casos, o acesso foi fornecido prontamente. Os inspetores não viram em nenhum lugar evidências convincentes de que os iraquianos soubessem da inspeção com antecedência. (UNITED NATIONS, 2003a, tradução nossa)

O documento ainda afirma que:

Um representante iraquiano disse que americanos e britânicos continuaram tentando fraudar fatos e provas, apontando para a posse de armas de destruição em massa do Iraque, mas falharam em convencer a comunidade internacional. Os inspetores tinham provado que não haviam tais armas e que as acusações eram falsas. (UNITED NATIONS, 2003a, tradução nossa).

Mesmo após a vitória, o presidente americano insistiu na hipótese de o país possuir as tais armas. Foi então que em 20 de março de 2003, sob a alegação de que o Iraque possuía armas de destruição em massa, começava a invasão ao Iraque. A invasão contou além das tropas americanas, com reforços da Grã-Bretanha, Austrália, Polônia e Dinamarca.

Como toda guerra, pessoas inocentes sofreram com os ataques, a destruição reduzia a esperança. Locais estratégicos eram destruídos e com eles milhares de anos de história tornavam-se cinzas. Talvez o que mais tenha chocado a comunidade internacional não seja o ataque em si, afinal em uma guerra espera-se o surgimento de muitas “ruínas” ocasionadas pela quantidade de bombas e foguetes, mas sim a negligência. Sim, negligência por parte das tropas que invadiram o Iraque, pois simplesmente “fecharam os olhos” e permitiram o saque de documentos que se salvaram em meio aos bombardeios. Museus, arquivos e bibliotecas eram saqueados e ninguém tomou providências para salvaguardar o patrimônio cultural que lá estava. Os documentos são fonte de conhecimento e poder, destruí-los é como cortar essa importante fonte. A invasão do Iraque não foi por causa das armas nucleares como afirmavam os americanos e sim, impedir a sociedade Iraquiana de se desenvolver⁵.

Apoiados em acontecimentos passados podemos dizer que nada é por acaso ou não generalizando, nem tudo é por acaso e que na maioria das vezes há um motivo maior por trás de algumas ações. Assim como os fatos trazidos anteriormente neste trabalho, como a destruição dos documentos na China antiga ou ‘recentemente’ como os acontecimentos durante o reinado de regimes totalitaristas como o Nazismo e o Maoísmo é possível ao menos

5 Conteúdo de um e-mail trocado com o professor Nasser Al-Shawi, Arqueólogo e Historiador das Artes da Universidade de Bagdá.

pensar sobre o assunto e olhar de forma questionadora sobre tais acontecimentos. Infelizmente não são fatos isolados, vêm acontecendo com uma frequência preocupante na linha do tempo da humanidade, e que de alguma forma se interligam pelas razões que levam o homem a cometer tamanha barbárie à memória.

Qualquer guerra, seja ela qual for, traz diversas consequências para ambos os lados, pois primeiramente para manter uma guerra é preciso dinheiro, muito dinheiro. O fato de possíveis embargos econômicos é deveras preocupante à medida que dezenas de milhares de pessoas acabam sendo afetadas por uma economia fraca e frágil. O caso do Iraque em 2003 encaixa-se muito bem nesta descrição. O país com riquezas arqueológicas insubstituíveis e milhares de anos de história não apresentava estabilidade econômica e política. Polastron (2007, p. 231, tradução nossa) comenta que

durante o embargo, cem tabletes de escrita cuneiforme eram retirados do Iraque diariamente. A Guerra do Golfo de 1991 já tinha destruído um número considerável de sítios arqueológicos. Como consequência, a população estava faminta. Com as sanções, espalharam-se escavações clandestinas e roubos.

O Iraque como o conhecemos hoje é relativamente novo, estruturou-se após a dissolução do Império Otomano e logo em seguida passou a estar sob o controle da Inglaterra. Antes e após sua independência foi palco de incontáveis conflitos e enfrentou alguns golpes de estado até que o partido Baath liderado por Ahmed Hassan al-Bakr realizou um novo golpe de estado que mais tarde levaria o ditador Saddam Hussein ao poder absoluto no país. No decorrer de todos esses anos é incalculável a quantidade de itens destruídos e saqueados em todo o Iraque. Dado a fragilidade dos suportes, o que foi destruído dificilmente poderá um dia voltar a 'vida'. Deve-se então acrescentar a este contexto, a Guerra do Iraque, que protagonizou a maior destruição cultural desde a Segunda Guerra Mundial. (BAILEY, 2004).

Após os primeiros ataques o mundo acompanhou atento os acontecimentos naquele canto do mundo. Afinal eram países ricos contra um pobre, que não possuía a estrutura necessária para se defender. A atmosfera era de caos como conta Al-Shawi ([20-], p. 1, tradução nossa):

Após a invasão de Bagdá os americanos intencionalmente instalaram o caos e encorajaram os saqueadores a iniciarem os saques para provar aos iraquianos que o antigo regime não estava mais no comando. Queriam que iraquianos, árabes e o resto do mundo testemunhassem a simbólica espera da queda do regime do ditador Saddam Hussein.

Fernando Báez (2006, p. 323) lembra que “o extraordinário é que se cumpriram setenta anos da grande queima de 1933 na Alemanha, uma data fatal para a cultura.”. Sem dúvida a destruição da cidade foi enorme e contemplou diversos locais de informação estratégicos para o país. O Museu e a Biblioteca Nacional são sem dúvidas os mais famosos, mas não foram apenas estes que sofreram com os ataques ou com as consequências dos mesmos. A figura 2 mostra a localização de alguns dos principais locais de informação relatados neste trabalho.

Figura 2 - Localização dos principais locais de informação



Fonte: Elaboração própria.

A comunidade internacional aclamava por ações concretas que impedissem uma destruição cultural no Iraque. Infelizmente a pressão internacional não fez efeito e as consequências da invasão são sentidas ainda hoje, por iraquianos e pelo resto do mundo. Conforme Leonard Kniffel (2003, p. 40, tradução nossa)

dois conselheiros da administração de Bush, Martin Sullivan [...] e Gary Vikan renunciaram em protesto contra a incapacidade demonstrada pelas tropas americanas de prevenirem a destruição. “Nós com certeza sabemos o valor do petróleo, mas nós certamente não sabemos o valor dos artefatos históricos” disse Vikan em 17 de abril para a *Reuters*. “Não tinha que acontecer” disse Sullivan. “Em uma guerra preventiva este é o tipo de coisa que você deveria ter planejado”.

Tragicamente os esforços internacionais não foram capazes de proteger o patrimônio cultural iraquiano. Contudo, é pertinente observar a existência de uma convenção que rege regras para conflitos armados e intervenções militares visando proteger bens culturais de países possivelmente atingidos, descrição que se encaixa perfeitamente com a situação do Iraque. No entanto as orientações da convenção de Haia não foram respeitadas, causando severos danos ao patrimônio cultural do Iraque.

A convenção de Haia iniciou em 1893, e desde então tem como ideal estabelecer parâmetros para leis internacionais. Tais parâmetros são possíveis através de acordos, normalmente estabelecidos em convenções e encontros entre a comunidade internacional. Dentre tais acordos, existe um que estabelece regras para a proteção de bens culturais em casos de conflitos armados criado em 1954, na cidade de Haia na Holanda, que visa garantir a segurança de bens e locais importantes culturalmente, tanto para o país invadido quanto para a humanidade. Segundo a Convenção de Haia de 1954 os bens culturais a serem protegidos podem ser:

[...] móveis ou imóveis, **que tenham uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos**, tais como os monumentos de arquitetura, de arte, ou de **história**, religiosos ou **seculares**, os lugares que oferecem interesse arqueológico [...] **as obras de arte, manuscritos, livros** e outros objetos de

interesse histórico, artístico ou arqueológico, bem como as coleções científicas e as **coleções importantes de livros, de arquivos [...] edifícios cuja finalidade principal e real seja a de conservar e expor os bens móveis [...] tais como os museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos [...]** (BRASIL, 1958, grifo nosso)

O documento ainda promove a proteção através da salvaguarda “[...] dos bens culturais situados em seu próprio território contra as consequências de um conflito armado, adotando as providências que julgarem adequadas.”, além de fazer algumas recomendações sobre possíveis ocupações e medidas militares. (BRASIL, 1958). Basicamente o que a convenção propõe é que “uma nação que ocupe território estrangeiro tem a obrigação legal de proteger a propriedade cultural deste território, prevenindo saques e protegendo prisioneiros de guerra.”. (O’CONNELL, 2004 apud GARCIA, 2007, tradução nossa).

Logo após os primeiros atentados, quando a atenção internacional se voltou para o país, a Unesco realizou uma conferência em Paris no dia 17 de abril de 2003 para deliberar sobre os recentes acontecimentos no Iraque e possíveis procedimentos para a situação. Um grupo de estudiosos foi enviado para o país, contendo especialistas em diversas áreas - tais como bibliotecários, museólogos, arquivistas - que foram incumbidos de avaliar a situação e criar um plano de ação para a reconstrução do que já havia sido destruído. (UNITED NATIONS, 2003b). Martin Carver (2003, p. 224, tradução nossa) complementa dizendo que a conferência “foi unânime condenando os extensos danos e saques sofridos” e que “foram chamadas forças da coalizão para observar os princípios da ‘Convenção de Haia de 1954’ [...] e seus dois protocolos.”. Apesar de a convenção ter sido bem recebida pela comunidade internacional, nada de fato mudou na realidade do Iraque. Saques e destruição da memória ainda ocorriam diariamente. Polastron (2007, p. 232, tradução nossa) ainda completa dizendo que nada aconteceu por que

os Estados Unidos e a Grã-Bretanha nunca ratificaram o tratado da Convenção de Haia de 1954 em proteção aos bens culturais em terras que elas, como nações, pudessem causar alguma desgraça, os líderes destes dois países tiveram apenas as suas consciências como guia.

Infelizmente o resultado é conhecido até hoje, itens ainda aparecem misteriosamente e o país continua lidando com uma guerra contra o terrorismo que parece infinita. O fato é que os danos causados ao patrimônio cultural e documental do Iraque, foram em sua maioria irreversíveis, pois muito do que se perdeu diz respeito ao surgimento do homem, contendo documentos que recuperavam a memória dos primórdios do que hoje chamamos de civilização. Lastimavelmente a invasão do Iraque causou, não só, danos para o Iraque, mas como para o mundo todo. De fato, um desastre de proporções catastróficas e inigualáveis. (CARVER, 2003).

4.1 RUÍNAS DE UMA CIVILIZAÇÃO

É inegável a quantidade de destruição e de outras consequências negativas que sucedem um conflito armado. O Iraque não estava preparado para uma interferência de tamanha magnitude, seguida da não observação dos preceitos da convenção de Haia pelos invasores, restou uma situação de desespero catastrófica e que entristece a humanidade.

O que restou foi destruição e incertezas sobre o futuro daquela nação. Nasser Al-Shawi ([20-], p. 2, tradução nossa) classifica a destruição ocorrida no Iraque em duas categorias: intencional e não intencional.

Destruição intencional

- Pilhagem de sítios arqueológicos, museus, bibliotecas e itens valiosos que estejam em vias públicas ou em prédios governamentais;
- Queima de bibliotecas;
- Destruição de monumentos públicos;
- Contrabando de arquivos e objetos com valor cultural e histórico;
- Destruição de locais religiosos;
- Bombardeios em ruas e distritos de importância cultural e histórica.

Destruição não intencional

- Consequências de combates e bombardeios;
- Ocupação militar de locais de importância histórica e cultural;
- Negligência.

Como se pode observar, o item “negligência” aparece na listagem do professor Al-Shawi como sendo algo não intencional, porém anteriormente neste trabalho vimos a repercussão e os alertas dados aos invasores sobre a situação antes e depois dos ataques. O que acaba sendo difícil de aceitar que a negligência seja uma destruição não intencional. Pois enquanto a onda de saques e pilhagens dos locais de informação ocorria livremente, o Iraque sangrava patrimônios documentais e ninguém fazia absolutamente nada para impedir. Isso é um fato. Segundo Rebecca Knuth (2006, p. 202, tradução nossa)

quando líderes são confrontados com exigências de guerra moderna, o pensamento militar caminha em direção ao militarismo, e isso muitas vezes resulta na destruição intencional e não intencional de livros e bibliotecas (bibliocídio e bombardeios estratégicos) mas também destruição padrão – erros por omissão. Foram erros por omissão da administração dos EUA que tornaram possível a pilhagem e a destruição realizada pelo povo iraquiano dos seus próprios livros e bibliotecas em 2003.

Embora houvesse efetivo militar suficiente para proteger toda a cidade, foram realizados diversos pedidos de proteção aos bens culturais do país, que foram simplesmente ignorados. (KNUTH, 2006). Rebecca ainda afirma que comandantes disseram que “as forças norte-americanas não pretendiam reprimir a pilhagem no Iraque por que ao fazê-lo poderiam afastar o povo iraquiano que eles estavam tentando conquistar. (HESS, 2003 apud KNUTH, 2006, p. 204, tradução nossa). Apesar da não ratificação da convenção de Haia, EUA e Grã-Bretanha deveriam respeitar suas regras, pois os protocolos estão inteiramente contemplados dentro do direito internacional consuetudinário. (AL-TIKRITI, 2007).

A destruição intencional dos patrimônios culturais do Iraque foi gigantesca e consistiu em bombardeios estratégicos e negligência na proteção dos patrimônios culturais e documentais que causaram uma espécie de caos que levou a população a cometer diversos saques e que permitiu oportunistas destruírem o que podiam. Segundo Báez (2006, p. 325) logo após os ataques:

Uma onda humana, reprimida por dez anos de bloqueio econômico e uma ditadura implacável, lançou-se às ruas, sem controle. A pilhagem inicial se dirigiu contra os palácios e as

casas dos chefes iraquianos. Dos hospitais levaram até as camas. Nas lojas, os comerciantes, armados com pistolas, fuzis e barras de ferro, montavam guarda e afugentavam os ladrões, muitos deles jovens, crianças e mulheres. Não foram poucos os lugares, considerados símbolos do regime, que sucumbiram do dia 9 para 10 ante a violência dos saques.

O que as bombas não conseguiram terminar os saqueadores fizeram questão de finalizar. Os principais centros de informação da cidade foram alvo de grupos de saqueadores que fizeram uma verdadeira 'limpeza', pois sabiam exatamente o que estavam procurando e o que de fato era valioso. Segundo Nabil Al-Tikriti (2007, p. 731, tradução nossa) o

desconhecimento das obrigações legais e materiais específicas também não era uma desculpa para a não intervenção: funcionários do Pentágono haviam sido informados por diversos especialistas sobre os requisitos do protocolo, o potencial para possíveis saques de tesouros culturais e instalações que necessitavam proteção.

Concomitante ao caos gerado e pela negação americana em agir contra os saqueadores havia a ordem de proteger os locais que realmente importavam na cidade para os americanos, sendo os efetivos terrestres responsáveis pela a proteção destes lugares, em vista desse fato Al-Tikriti (2007, p. 731, tradução nossa) diz que

as forças americanas foram capazes de fornecer segurança a todo o local designado como merecedor de proteção pelos oficiais de alto escalão, tais como o Ministério do Petróleo, o hotel Palestina, o hotel Sheraton, o aeroporto internacional (atualmente Bagdá) Saddam Hussein, o palácio republicano e vários outros locais estratégicos.

Al-Tikriti (2007, p. 731, tradução nossa) ainda diz que quando questionados sobre a prevenção dos saques, os oficiais americanos ou respondiam que "nós somos soldados, não policiais ou nossas ordens não se estendem em proteger essas instalações.". O autor ainda afirma que as pessoas que estavam a frente das decisões americanas "negligenciaram intencionalmente seu dever legal em cumprir o direito humanitário internacional para 'restaurar e manter lei e ordem' o qual inclui a prevenção de saque e queima de instalações públicas." (AL-TIKRITI, 2007, p. 731, tradução nossa). Rebecca Knuth complementa afirmando que "a administração do governo Bush

não assumiu nenhuma responsabilidade moral pelas perdas do patrimônio cultural ocorridas.” (KNUTH, 2006, p. 210, tradução nossa).

Como se pode observar, as prioridades americanas eram outras e não contemplavam o respeito e a preservação do patrimônio cultural e documental do Iraque, pois a proteção fornecida condicionava-se a locais estratégicos que se alinhavam ao plano inicial. A maioria dos lugares atacados ficava próxima de locais de domínio militar, e seria preciso muito pouco para afastar os saqueadores. (AL-TIKRITI, 2007). Afinal qual foi o motivo de tanta negligência? Ainda hoje não se sabe qual foi o principal motivo para a invasão. Inicialmente foi sob alegação de que o Iraque possuía armas de destruição em massa, fazendo que a campanha de invasão tivesse boa aceitação, porém a afirmação provou-se totalmente inexata. Concomitante a tais alegações havia o ‘sentimento’ de fazer o ‘bem’ e libertar os iraquianos do regime ditatorial o qual Saddam Hussein era líder supremo. Alegação que falha pelo simples motivo de que se a ideia era proteger o Iraque, acabou falhando descaradamente, tornando-se na maior destruição cultural do novo século. Segundo Knuth “rivalidades étnicas e políticas, crises civis e guerras são condições para atizar as chamadas do extremismo e permitir aos líderes racionalizar ainda mais atos de destruição cultural.” (KNUTH, 2006, p. 202, tradução nossa). Seja qual for o motivo, o Iraque ainda hoje sofre em manter segura sua memória de possíveis ameaças.

4.2 BIBLIOTECA E ARQUIVO NACIONAL

A situação da estrutura do prédio e seus documentos é calamitosa (figura 3), e foi ocasionada pelos bombardeios e principalmente pelo vandalismo e saques realizados. A Biblioteca Nacional do Iraque data do ano 1920 e é a principal biblioteca do país. Consiste em um “prédio de três andares de 10.240m²” e divide o espaço físico com o Arquivo Nacional, que ocupa o segundo andar da construção. (BÁEZ, 2006, p. 323). O prédio fica localizado na rua Al-Rasheed, e está cercado de locais importantes, tais como o Ministério da Saúde, Ministério da Defesa, Universidade de Bagdá e diversas mesquitas.

Figura 3 - Biblioteca Nacional destruída



Fonte: Al-Shawi ([20-]).

Após os ataques, a estrutura do prédio da biblioteca encontrava-se comprometido devido aos danos causados. Se um ataque já não fosse suficiente para causar danos consideráveis, a biblioteca suportou incríveis dois ataques, cujos maiores danos foram causados pelos saques e vandalismo no interior de sua estrutura. A Biblioteca Nacional do Iraque é a principal do país e é a única que “está sempre disposta a ajudar outras organizações culturais e educacionais.” (ESKANDER apud KNIFFEL, 2012, p. 43, tradução nossa). Assim como a biblioteca, as pessoas estavam dispostas a salvar sua memória protegendo seus patrimônios culturais como mostra a figura 4 onde pessoas se mobilizaram em defesa dos mesmos.

Figura 4 - Protesto em Bagdá



Fonte: Kniffel (2003).

A Biblioteca Nacional do Iraque, na véspera do primeiro ataque possuía cerca de dois milhões de documentos em sua coleção. Infelizmente não durou muito para que esse número diminuísse consideravelmente. Após a pilhagem inicial, o lugar sofreu com o ataque de incendiários, o diretor-geral da Biblioteca e Arquivo Nacional ainda salienta que “funcionários foram instruídos a destruir todos os materiais arquivísticos que fossem relacionados ao período de regência do partido Baath” (ESKANDER apud AL-TIKRITI, 2007, p. 733, tradução nossa). Essa onda de saques tornou-se possível quando Bagdá foi atacada com “[...] bombas MOAB e mísseis que destruíram mais de duzentos prédios públicos e dezenas de mercados e lojas. A operação produziu impacto e pavor.” (BÁEZ, 2006, p. 324). Obviamente, nem toda cidade sofria com o

caos gerado pelos ataques, e locais estratégicos foram protegidos com zelo, o que não é o caso da maioria dos centros de informação retratados neste trabalho.

A data do primeiro ataque é divergente entre os autores, Fernando Báez (2006) e Al-Tikriti (2007) afirmam ter ocorrido no dia 10 de abril, Al-Shawi ([20-]) diz que a data provável teria sido no dia 11 de abril e Polastron (2007) e a United Nations Educational, Scientific And Cultural Organization (2003) afirmam ter iniciado no dia 14 de abril. Independente da data exata a qual foi iniciada a pilhagem na Biblioteca Nacional, o resultado continua sendo o mesmo. Fernando Báez (2006, p. 325) relata que

no início predominou a cautela e a pressa, logo o atrevimento, e finalmente uma anarquia impôs as regras do saque. Crianças, mulheres, jovens e velhos carregavam tudo o que podiam, de modo seletivo, como se tivessem ido às compras. O primeiro grupo de saqueadores sabia onde estavam os manuscritos mais importantes e se apressou a pegá-los. Outros saqueadores, famintos e ressentidos com o regime deposto, chegaram depois e provocaram o desastre posterior. A multidão corria por todos os lados com os livros mais valiosos.

No segundo ataque que ocorreu dias após o primeiro, as coisas foram ainda piores, pois após a nova onda de saques, os infratores atearam fogo as coleções que não conseguiram carregar, como mostra a figura 5. Báez (2006) e Al-Shawi ([20-]) afirmam que o incêndio teria iniciado através de um item de procedência militar - um fósforo branco - e que dificilmente estaria nas mãos de civis comuns. Robert Fisk desabafa dizendo que “a Biblioteca e o Arquivo Nacional, tesouros de valor incalculável de documentos históricos otomanos – incluindo o antigo arquivo real do Iraque -, converteram-se em cinzas a três mil graus de temperatura.” (FISK apud BÁEZ, 2006, p. 326).

Figura 5 - Biblioteca Nacional



Fonte: Al-Shawi ([20-]).

Foram feitos esforços dias antes dos ataques para mover as coleções para locais mais seguros. Infelizmente essa era uma tarefa grande demais para os iraquianos e nem tudo conseguiu se abrigar do perigo iminente. (POLASTRON, 2007). Uma parte dos volumes foi levada até o prédio do ministério do turismo e outra parte foi transportada por al-Sajid Abdul-Muncim al-Mussawi e seus seguidores para a “cidade de Saddam” hoje chamada de cidade Sadr. Porém mesmo que estivessem longe das chamas e de saqueadores os documentos eram mantidos em locais que não apresentavam mínimas condições de receber documentos históricos deste porte, com diversos problemas de conservação. Mesmo a salvo do homem, os documentos ainda eram gravemente danificados por pragas, umidade, etc. (BÁEZ, 2006; AL-TIKRITI, 2007).

Dentre os documentos que se perderam Báez (2006, p. 328) lamenta a perda das

[...] edições antigas de 'As mil e um noites', dos tratados filosóficos de Avicena (em particular seu Canône), Averróis, Al Kindi e Al Farabi, das cartas de Sharif Husayn de Meca, de textos literários de escritores universais como Tolstoi, Borges, Sábato, Paul Auster, manuais de história sobre a civilização suméria...

Segundo o relatório de avaliação da segunda missão da Unesco no Iraque, a estrutura do prédio da Biblioteca Nacional foi severamente danificada devido à grande quantidade de materiais inflamáveis, dentre os quais destacam-se os livros. (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2003). O relatório ainda afirma que o incêndio chegou a proporções preocupantes, pois as chamas estavam tão quentes que eram capazes não só de queimar dos documentos, mas também de danificar severamente a estrutura do prédio. Estima-se que cerca de um milhão de documentos conseguiram ser salvos, dentre eles 700.000 volumes encontram-se na Biblioteca Nacional; 300.000 volumes estavam guardados na mesquita Tawra e cerca de 200.000 estavam no prédio do ministério do turismo. (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2003). A maioria dos catálogos foram destruídos, o que torna difícil saber ao certo a extensão dos danos causados. Eskander estima que cerca de “[...] 25% da coleção da biblioteca, incluindo livros raros e 60% de seus documentos [...]” foram perdidos nos ataques. (ESKANDER apud AL-SHAWI, [20-]). Infelizmente passados quase uma década de tal atrocidade, a biblioteca ainda continua vulnerável a possíveis ataques, visto sua proximidade com locais ‘estratégicos’. O Estado Islâmico tem se firmado na região como o maior inimigo de locais de memória. Consciente do perigo iminente, a biblioteca está passando por um processo de digitalização de seu acervo, tentativa de precaver-se de um futuro incerto em que seus documentos são perseguidos pela ignorância humana. (KNIFFEL, 2012).

4.3 MUSEU NACIONAL DO IRAQUE E OUTROS CENTROS DE INFORMAÇÃO

Nenhum dos acontecimentos relatados teve tanta repercussão quanto a pilhagem do Museu de Bagdá, pois erroneamente foi divulgado que cerca de 170.000 itens haviam sido roubados, mas o número seria consideravelmente menor. (BÁEZ, 2006). O museu foi fundado em 1926 e ainda hoje é considerado um dos mais importantes do mundo, visto suas coleções com itens únicos com mais de 5 mil anos de história. (IRAQ MUSEUM, 2015).

Bailey (2004) diz que apesar de todos os infortúnios da pilhagem de possíveis danos ao prédio do museu, o *staff* passou a criar relacionamentos com pares de outros países após anos de isolamento devido à ditadura de assolou o território. Em contrapartida desta reaproximação com o mundo exterior, a pilhagem castigou a coleção do museu. Funcionários acreditam que cerca de 5 mil obras de maior importância foram roubadas, tendo um total aproximado de 20 mil itens subtraídos de seu acervo. Alguns documentos foram escondidos e protegidos durante o decorrer da guerra, e retornarão para as dependências do museu ao término das reformas que ainda ocorrem no mesmo. (IRAQ MUSEUM, 2015).

A pilhagem que ocorreu no museu só teve fim quando a imprensa noticiou e fez disso um escândalo internacional, foi então que os EUA passaram a guardar as dependências do prédio. (BAILEY, 2004). Uma grande destruição foi causada por vândalos que tinham como meta destruir tudo que pudessem, dentre os itens valiosos estavam diversas estátuas de Hatra como mostra a figura 6.

Figura 6 - Estátua de Hatra em pedaços



Fonte: Bailey (2004).

Por sorte os danos não foram maiores, pois diversos documentos haviam sido transportados para locais mais seguros. (CARVER, 2003). Báez ainda complementa dizendo

que da sala patrimonial foram roubados 236 manuscritos e porcelanas. [...] Do total de oito depósitos, os saqueadores conseguiram entrar em cinco depois de derrubar a porta. Quebraram algumas peças e outras, na pressa, foram deixadas ainda encaixotadas. [...] No primeiro andar, onde estão as galerias, dezenas de objetos foram retirados, deixando caos e desordem incríveis. (BÁEZ, 2006, p. 331).

O relatório da segunda missão de avaliação da UNESCO no Iraque recomenda que seja intensificada a segurança do prédio e que sejam tomadas providências em relação às condições das áreas de armazenamento (figura 7) e exposição. (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2003). Durante esses anos que se passaram desde os fatos citados anteriormente, o museu operou diversas vezes, mas teve sua última abertura oficial em 2009, desde então opera com trabalhos internos e eventualmente abre suas portas para visitas especiais e grupos escolares. (IRAQ MUSEUM, 2015).

Figura 7 - Condições de um dos depósitos depois da pilhagem



Fonte: Bailey (2004).

Outros centros de informação também sofreram as consequências da guerra, dentre eles podem-se citar o caso da biblioteca Al-Awqaf, principal biblioteca islâmica do país que foi completamente destruída pelo fogo. Sendo que 40% dos manuscritos e 90% de livros impressos foram destruídos pelo fogo ou saqueados. (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2003). Mesmo próxima ao ministério da defesa, a Casa da Sabedoria ou Bayt Al-Hikma também foi alvo de saqueadores. Trata-se de um complexo que fomenta pesquisas nas áreas de artes e humanidades. O prédio principal foi praticamente todo saqueado e outros prédios sofreram com saques e incêndios. (AL-TIKRITI, 2007). A onda de saques também castigou os diversos sítios arqueológicos espalhados pelo país. Cabe ressaltar que a Unesco lista em torno de 1031 “Patrimônios Culturais da Humanidade” que estão espalhados pelo globo terrestre. Em território iraquiano existem quatro, sendo que dentre eles, três são sítios arqueológicos e estão em situação de alerta, pois correm perigo. Báez (2006, p. 337) relata que “foram saqueados diariamente *el-Hadr*, onde está *Hatra*, Patrimônio Cultural da Humanidade, *Kulal Jabr*, *Kuyunjik* (Nívive), *Tell Senkereh* (Larsa) [...] *Tell Muqajar* (Ur) [...]” entre outros locais. O Iraque contém parte da memória da

humanidade. Difícil imaginar um fim pior para o lugar onde nasceu a nossa civilização. (BÁEZ, 2006).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho estabelece uma relação entre documento e memória e de que modo este processo acontece. Seguindo a linha de pensamento de Halbwachs (2006) vimos que a memória é construída. É uma obra coletiva, de modo que o ambiente ao nosso redor contribui para nos identificar, trazendo um sentimento de pertencimento. No decorrer da discussão vimos que destruir materiais de memória não é exclusividade deste século, pois no decorrer na história não são raros os casos em que o homem almeja se tornar senhor da 'Memória e do Esquecimento' implicando em um poder demasiado e na possível exploração de um povo.

Durante a guerra do Iraque em 2003, o país sangrou memória através dos diversos saques e incêndios. A negligência por parte dos invasores foi o principal motivo deste desastre cultural. Cabe ressaltar que a situação do Iraque se deve não só pela guerra, mas pelos diversos acontecimentos que influenciaram a sua atual condição, pois durante a maior parte da história do país houve uma espoliação cultural velada, a qual fez com que aos poucos os iraquianos perdessem a identificação com seu patrimônio cultural. O fato é que as condições políticas e sociais do Iraque nos anos que antecederam a guerra em 2003 não foram favoráveis, de modo que com o estopim do caos, não havia coletividade, apenas esquecimento. Essa falta de identificação da população com seus próprios bens culturais fez com que as consequências da guerra em 2003 fossem ainda piores. Iraquianos, infelizmente, contribuíram com o desaparecimento de seus próprios objetos de memória, os quais deveriam ter algum sentimento, ao menos orgulho de fazer parte daquela história.

Os casos do Iraque e da China ilustram o quanto a memória é sensível, frágil. A memória não é uma, são várias, como uma teia que se entrelaça de ponto em ponto formando comum a todos. A destruição dos documentos que integram esta teia de memórias leva a um rompimento dos laços entre o patrimônio cultural, a memória e o povo. É um sistema frágil que se enfraquece a cada laço rompido.

Durante a realização deste trabalho, o Oriente Médio mais uma vez foi o foco das atenções, pois mais um grupo terrorista causa medo e pânico. O

Estado Islâmico causa danos não só no Iraque, mas em vários países, e ameaça mais uma vez os documentos da região. Mais uma vez, só nos resta ficar atentos aos próximos capítulos do homem contra os objetos de memória.

Na maioria os casos e principalmente nos casos do Iraque em 2003 e do bibliocausto nazista, nota-se a comoção popular ao serem divulgadas informações sobre locais de informação sofrendo com a ignorância humana. É sabendo de coisas como esta que devemos pensar que ainda é tempo para mudar, salvando documentos e perpetuando memórias.

No decorrer deste trabalho tentou-se identificar os motivos que levam tamanha barbárie. Destrói-se por motivos culturais, políticos, econômicos, religiosos, etc., porém, o motivo principal que põem em risco a segurança dos documentos, é o seu valor. Informação é poder, e ao se dominar o fluxo de informação de um país, controla-se tudo. O dominador torna-se senhor do esquecimento podendo manipular a população de diversas maneiras. Infelizmente o homem é o único ser que consegue apagar o passado.

REFERÊNCIAS

AL-SHAWI, Nasser. **Burning libraries in Baghdad**: the unexpected destruction of cultural heritage after the war of 2003. [20-]. Disponível em: <https://www.academia.edu/attachments/32294424/download_file?st=MTQ0ODIyMzIzMCwxODYuMjEzLjEzNC4yMTIsMTU5NDcyMTk%3D&s=swp-toolbar>. Acesso em: 22 nov. 2015.

AL-TIKRITI, Nabil. "Stuff happens": a brief overview of the 2003 destruction of Iraqi manuscript collections, archives, and libraries. **Library Trends**, [s.l.], v. 55, n. 3, p. 730-745, 2007. Johns Hopkins University Press. DOI: 10.1353/lib.2007.0000.

BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas da Suméria à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 437 p.
BAILEY, Martin. After the looting was over: one year after the Iraq war, the damage to the country's National Museum is still being assessed. **Apollo**, [s.l.], v. 159, n. 507, p. 38-41, may 2004.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta, 2003.

BRASIL. **Decreto n. 44.851 de 11 de novembro de 1958**. Promulga a convenção e protocolo para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado. Haia, 1954. 1958. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil_decreto_44851_1_11_1958_por_orof.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2015.

CARVER, Martin. Editorial. **Antiquity**, [s.l.], v. 77, n. 296, p. 221-226, june 2003.

CHENG, Huanwen; DAVIS, Donald G. Loss of a Recorded Heritage: Destruction of Chinese Books in the Peking Siege of 1900. **Library Trends**, [s.l.], v. 55, n. 3, p.431-441, 2007. Johns Hopkins University Press. DOI: 10.1353/lib.2007.0002.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; Editora Unesp, 2006.

DEEM, James M. **Kristallnacht**: the nazi terror that began the holocaust. s.l.: Enslow, 2011.

GARCIA, Eric P. The destruction of a cultural heritage: with reference to the problems of Iraq. **New Library World**, [s.l.], v. 108, n. 7/8, p. 354-369, 24 july 2007. Emerald. DOI: 10.1108/03074800710763644.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006. 222 p.

IRAQ MUSEUM. **About the museum**. 2015. Disponível em: <<http://www.iraqmuseum.org/pages/about-the-museum/>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

KELLY, Stuart. **O livro dos livros perdidos**. Rio de Janeiro: Record, 2007. 431 p.

KNIFFEL, Leonard. Terror has not withdrawn: daily life for librarians in Iraq. **American Libraries**, [s.l.], v. 43, n. 11-12, p. 42-45, nov./dec. 2012.

KNIFFEL, Leonard. Though devastating, Iraq Library losses may be less than feared. **American Libraries**, [s.l.], v. 34, n. 6, p. 40-41, june/july. 2003.

KNUTH, Rebecca. **Burning books and leveling libraries: extremist violence and cultural destruction**. Westport: Praeger, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MARKING, Stacy. The house of burned books. **Index on Censorship**, [s.l.], v. 31, n. 4, p.63-68, out. 2002. SAGE Publications. DOI: 10.1080/03064220208537138.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

POLASTRON, Lucien X. **Books on fire: the destruction of libraries throughout history**. Rochester: Inner Traditions, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

RITCHIE, J. M. The nazi book-burning. **The Modern Language Review**, [s.l.], v. 83, n. 3, p.627-643, jul. 1988. JSTOR. DOI: 10.2307/3731288.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Programa memória do mundo**. 2015. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/access-to-knowledge/documentary-heritage/#c1313825>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **UNESCO second assessment mission to Iraq, 28 June-7 July 2003**. 2003. Disponível em: <http://portal.unesco.org/culture/en/files/14658/10650803735Mission__Report_Iraq,_28.06-07.07.03.pdf/Mission%2B%2BReport%2BIraq,%2B28.06-07.07.03.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2015.

UNITED NATIONS. **United Nations weapons inspectors report to security council on progress in disarmament of Iraq**. 2003a. Disponível em: <<http://www.un.org/press/en/2003/sc7682.doc.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

UNITED NATIONS. **Press conference on trade of Iraqi cultural objects**. 2003b. Disponível em: <<http://www.un.org/press/en/2003/UNESCOpc.doc.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2015.